

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO II
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

Coordenação

Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização

Fernanda Paula Maia e Isilda Monteiro

Fernando de Sousa

Presidente e coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Membro de diversos centros de investigação e sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

Membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000) e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999).

Professor catedrático da Universidade do Porto (1984).

Dos últimos projetos que dirigiu, salientam-se *A emigração portuguesa para o Brasil; As relações políticas e económicas de Portugal com a Rússia (1779-1834)* e *Os Governos Cívicos de Portugal. História, memória e cidadania (1835-2011)*.

Entre as suas publicações recentes, destacam-se: *Espólio fotográfico português* (coord.), 2008; *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* (coord.), 2009; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e património* (coord.), 2011; *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)* (coord.), 2012; *Os Paços do Concelho do Porto* (coord.), 2012; *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil* (coorg.), 2013; *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)* (coord.), 2013; *Dicionário de Relações Internacionais*, 3.^a ed. (coord.), 2013.

Maria da Conceição Meireles Pereira

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.

Investigadora do CEPESE, no âmbito da História Contemporânea.

Tem vários trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro e tem colaborado em diversas obras coletivas e projetos de investigação, encontrando-se atualmente a coordenar o projeto *Primeiros-ministros de Portugal (1820-2015)*.

Fernanda Paula de Sousa Maia

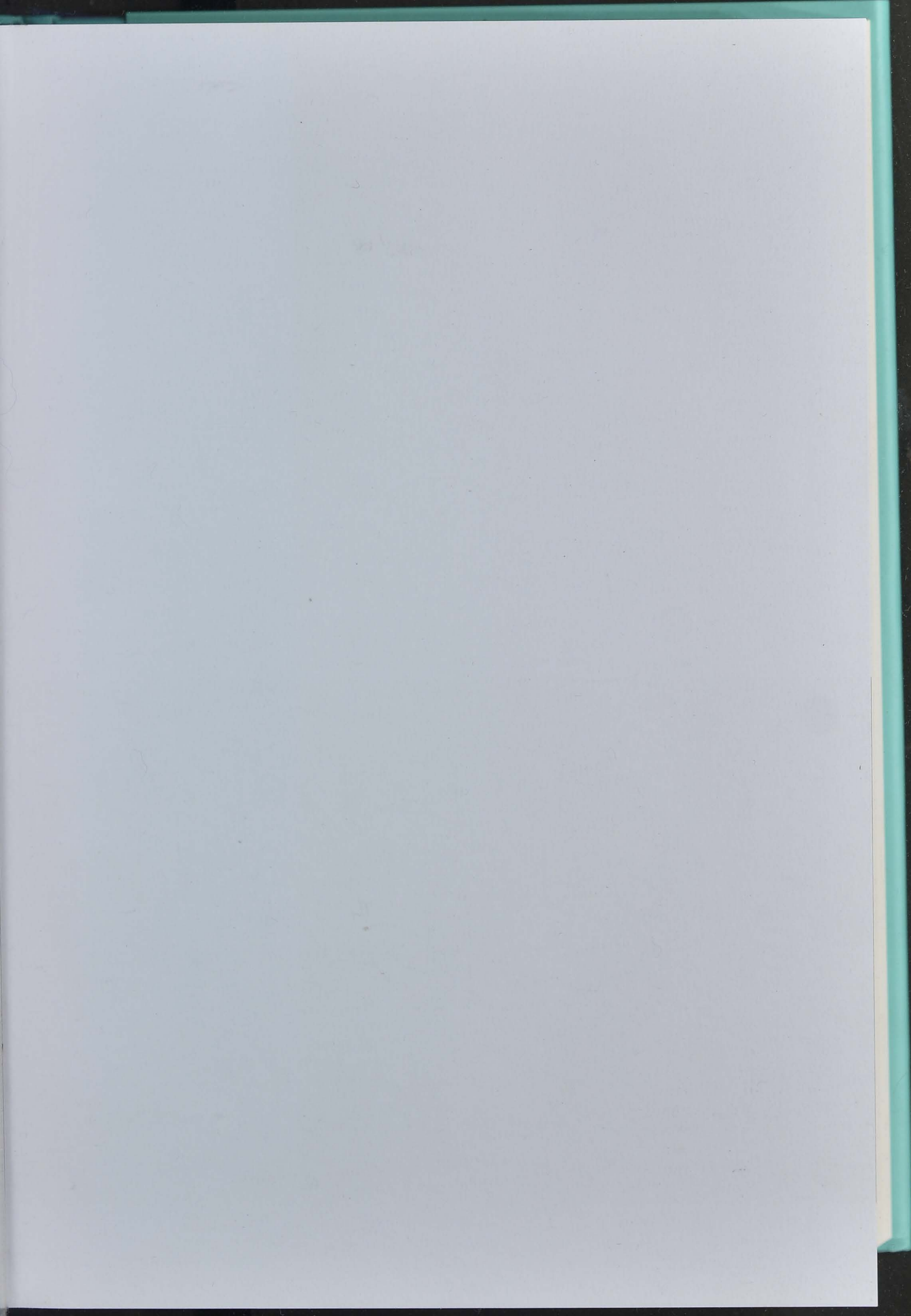
Investigadora do CEPESE.

Tem vários trabalhos publicados nas áreas da História Política Contemporânea, História Parlamentar e História das Relações Portugal-Brasil, entre os quais: *Os discursos parlamentares e as relações Portugal-Brasil (1826-1852)*, 2002; “A questão argelina no discurso político da Assembleia Nacional (1953-1965)”, 2010; “O papel dos Açores na construção do discurso parlamentar oitocentista sobre a emigração” 2011; “Overview of the commemorations of the bicentenary of the French Invasions”, 2011 (em colaboração).

Isilda Braga da Costa Monteiro

Professora adjunta da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
Investigadora do CEPESE.

Desenvolve investigação no âmbito da História Militar, da História Política Contemporânea e da História Parlamentar, tendo publicado vários trabalhos, entre os quais: “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870 – corporative lines of action in defense of the army”, 2010; “Overview of the commemorations of the bicentenary of the French Invasions”, 2011 (em colaboração); *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, 2012 (em colaboração); “André Brun e a memória da Grande Guerra”, 2015.



OS PRESIDENTES
DO PARLAMENTO
PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO II
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

coleção PARLAMENTO

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO II
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

Coordenação

Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização

Fernanda Paula Sousa Maia

Isilda Braga da Costa Monteiro



FICHA TÉCNICA

Título Os presidentes do Parlamento português – Vol. 1 – Monarquia Constitucional (1820-1910) – Tomo II

Coordenação Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização e Capítulos 1 a 4 Fernanda Paula Sousa Maia e Isilda Braga da Costa Monteiro

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão Maria da Luz Curvo Dias e Noémia Bernardo

Capa e *design* Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão tvn designers

Impressão Clássica Artes Gráficas

ISBN 978-972-556-561-2 (obra completa)

ISBN 978-972-556-608-4 (volume I)

Depósito Legal 419114/16

Lisboa, dezembro 2016

© Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Créditos: As imagens cuja origem não é mencionada pertencem ao Arquivo Histórico Parlamentar.

A Assembleia da República agradece a colaboração, na cedência de imagens, às seguintes entidades: Biblioteca Nacional de Portugal; Caixa Geral de Depósitos – Gabinete do Património Histórico; Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Arquivo Histórico/Biblioteca; Supremo Tribunal de Justiça – Biblioteca; Tribunal da Relação de Lisboa – Biblioteca.

Imagem da capa: Sala das Sessões da Câmara dos Dignos Pares do Reino, inaugurada em 1867 (pormenor).

Autor desconhecido. Desenho sobre fotografia de Francisco Rocchini.

In *O Ocidente*, vol. I, p. 12-13. Arquivo Histórico Parlamentar.

ÍNDICE

TOMO I

Introdução	9
1. O Parlamento na Monarquia Constitucional	17
1.1. A Câmara dos Deputados na Constituição de 1822	19
1.2. A Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares do Reino na Carta Constitucional e nos Atos Adicionais	20
1.3. A Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores na Constituição de 1838	33
1.4. Os Regimentos das Câmaras e as atribuições dos seus presidentes	34
1.4.1. Os Regimentos Internos e a Câmara dos Deputados	35
1.4.2. Os Regimentos Internos e a Câmara Alta – Câmara dos Pares do Reino e Câmara dos Senadores	43
2. As eleições para o Parlamento e sua legislação reguladora	53
2.1. As eleições para a Câmara dos Deputados (1820-1910)	54
2.2. As eleições para a Câmara Alta – Câmara dos Senadores (1838-1842) e Câmara dos Pares do Reino (1885-1896)	74
3. As legislaturas e as sessões legislativas no Parlamento da Monarquia Constitucional	79
4. Os presidentes do Parlamento na Monarquia Constitucional (1821-1910)	99
4.1. Origem geográfica	102
4.2. Idade à data da tomada de posse	105
4.3. Formação académica	107
4.4. Atividade profissional	109
4.5. Número e duração dos mandatos	111
4.6. Os presidentes do Parlamento na Monarquia Constitucional e a Maçonaria	118
Considerações finais	119

Cortes e Câmara dos Deputados

Presidentes das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822)	143
Vicente da Soledade e Castro, arcebispo da Baía (26.1.1821 26.2.1821)	145
Manuel Fernandes Tomás (27.2.1821 26.3.1821)	161
Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, conde de Sobral (27.3.1821 26.5.1821)	185
José Joaquim Ferreira de Moura (28.5.1821 26.7.1821)	199
José António Faria de Carvalho (27.7.1821 25.8.1821)	213
Manuel José Vaz Velho (27.8.1821 26.9.1821)	229
João Maria Soares de Castelo Branco (27.9.1821 26.10.1821)	241
Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (27.10.1821 25.1.1822)	259
Manuel de Serpa Saraiva Machado (28.1.1822 25.2.1822)	281
Luís Nicolau Fagundes Varela (27.2.1822 26.3.1822)	299
António Camelo Fortes de Pina (27.3.1822 25.5.1822)	313
Carlos Honório de Gouveia Durão (28.5.1822 26.7.1822)	331
Agostinho José Freire (27.7.1822 26.9.1822)	349
Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (27.9.1822 4.11.1822)	369
Presidentes das Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823)	395
José Joaquim Ferreira de Moura (20.11.1822 31.12.1822)	397
Francisco Simões Margiochi (2.1.1823 31.1.1823)	411
Agostinho José Freire (1.2.1823 28.2.1823)	429
Francisco de S. Luís Saraiva (1.3.1823 14.5.1823)	443
João de Sousa Pinto de Magalhães (15.5.1823 3.6.1823)	461
Presidentes da Câmara dos Deputados (1826-1828)	473
Francisco de S. Luís Saraiva (6.11.1826 14.3.1828)	475
Presidentes da Câmara dos Deputados (1834-1836)	493
Francisco de S. Luís Saraiva (21.8.1834 14.9.1834)	495
António Marciano de Azevedo Hipólito (13.10.1834 1.1.1836)	509
Manuel António de Carvalho, barão de Chancelheiros (9.1.1836 4.6.1836)	523
Presidentes das Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes (1837-1838)	537
Anselmo José Braamcamp Sénior (23.1.1837 21.3.1837)	539
António Dias de Oliveira (22.3.1837 1.6.1837)	549
José Alexandre de Campos e Almeida (22.6.1837 10.8.1837)	559
Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório (12.8.1837 21.12.1837)	577
José Caetano de Campos Henriques (21.12.1837 4.4.1838)	603

Presidentes da Câmara dos Deputados (1838-1910)	611
José Caetano de Campos Henriques (8.1.1839 1.1.1840)	613
Guilherme Henriques de Carvalho, cardeal patriarca (3.1.1840 25.2.1840)	621
João de Sousa Pinto de Magalhães (5.6.1840 16.7.1841)	637
António Aloísio Jervis de Atouguia, visconde de Atouguia (20.7.1841 1.1.1842)	651
Bernardo Gorjão Henriques da Cunha Coimbra e Serra (1.8.1842 1.1.1847)	665
João Rebelo da Costa Cabral (26.1.1848 25.5.1851)	691
Júlio Gomes da Silva Sanches Machado da Rocha (17.1.1852 24.7.1852; 31.1.1853 6.6.1856)	713
Joaquim Filipe de Soure (24.1.1857 26.3.1858)	745
Manuel António Velez Caldeira de Pina Castelo Branco (21.6.1858 3.11.1859)	767
Custódio Rebelo de Carvalho (8.11.1859 23.11.1859)	787
Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (11.2.1860 6.1.1861)	807
Custódio Rebelo de Carvalho (9.1.1861 27.3.1861; 10.6.1861 3.11.1861)	831
António Luís de Seabra (24.12.1861 3.11.1862)	853
Custódio Rebelo de Carvalho (3.1.1863 1.1.1864)	873
Cesário Augusto de Azevedo Pereira (5.1.1864 15.5.1865)	893
Roque Joaquim Fernandes Tomás (26.8.1865 1.1.1866)	905
Cesário Augusto de Azevedo Pereira (5.1.1866 14.1.1868)	919
José Maria da Costa e Silva (27.4.1868 1.1.1869)	931
José da Silva Mendes Leal Júnior (8.1.1869 23.1.1869)	947
Diogo António Palmeiro Pinto (1.5.1869 20.1.1870; 8.4.1870 21.7.1870)	973
António Cabral de Sá Nogueira (25.10.1870 21.7.1871)	993

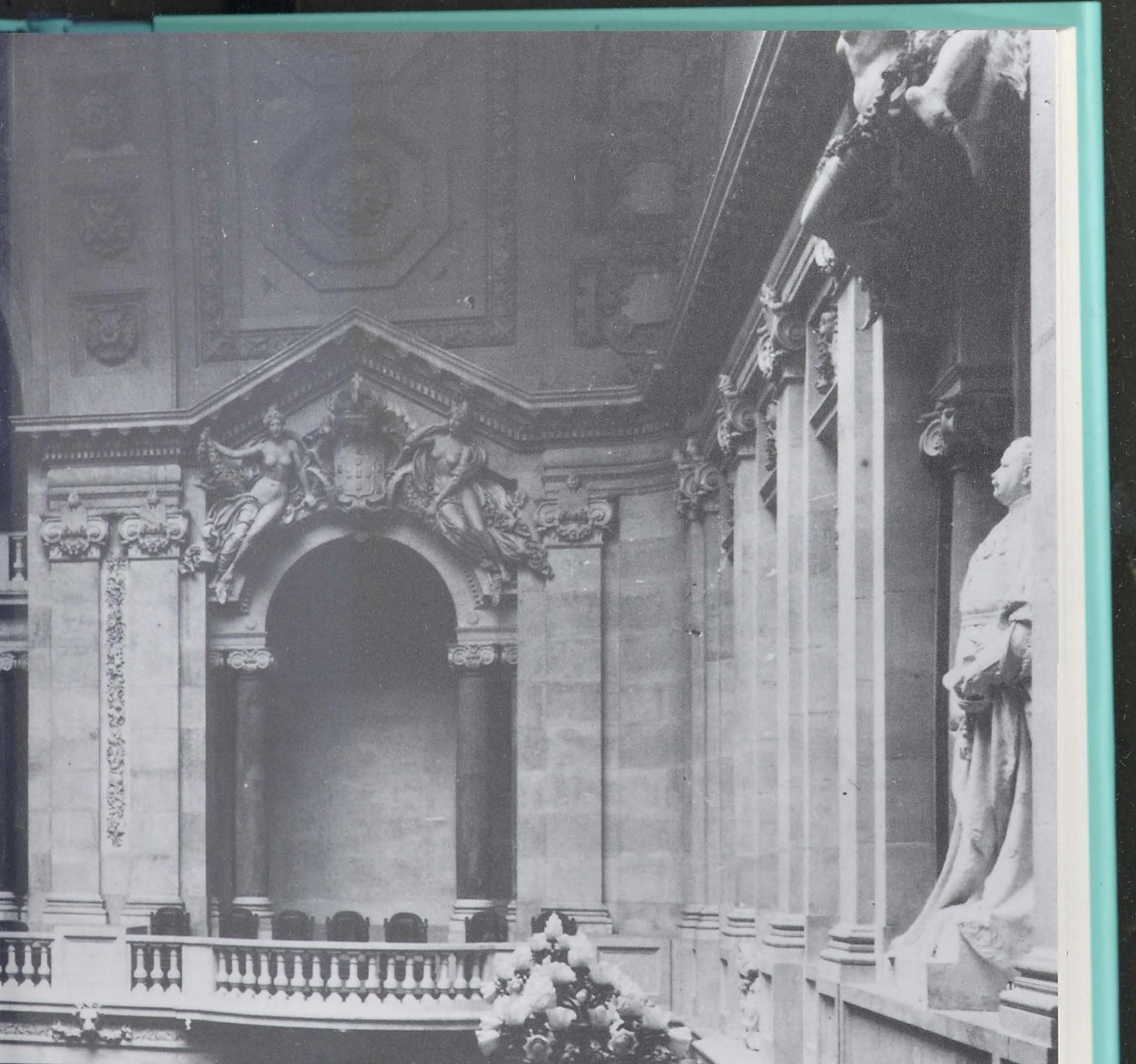
TOMO II

António Frutuoso Aires de Gouveia Osório (27.7.1871 1.1.1872)	1027
José Marcelino de Sá Vargas (4.1.1872 1.1.1875)	1047
Joaquim Gonçalves Mamede (9.1.1875 10.4.1878)	1061
Francisco Joaquim da Costa e Silva (23.1.1879 28.8.1879)	1077
José Joaquim Fernandes Vaz (14.1.1880 11.2.1881)	1095
Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa (20.1.1882 24.5.1884; 27.12.1884 1.1.1886)	1119
Inácio Francisco Silveira da Mota (5.1.1886 1.1.1887)	1137
José Maria Rodrigues de Carvalho (13.4.1887 1.1.1889)	1153
Francisco de Barros Coelho e Campos (11.1.1889 1.1.1890)	1177
Manuel Afonso de Espregueira (15.1.1890 20.1.1890)	1199
Pedro Augusto de Carvalho (3.5.1890 1.1.1891)	1211
António de Azevedo Castelo Branco (6.3.1891 23.2.1893)	1221
António Ribeiro dos Santos Viegas (17.10.1894 28.3.1895)	1247
António José da Costa Santos (8.1.1896 8.2.1897)	1259
Eduardo José Coelho (30.6.1897 28.3.1898)	1271
Manuel Afonso de Espregueira (11.4.1898 1.1.1899)	1289
Luís Fisher Berquó Poças Falcão (13.1.1899 25.10.1900)	1299
Mateus Teixeira de Azevedo (7.1.1901 4.6.1901; 8.1.1902 20.4.1904; 4.10.1904 24.12.1904)	1315

Vicente Rodrigues Monteiro (10.4.1905 9.2.1906)	1337
Tomás António Pizarro de Melo Sampaio (2.10.1906 27.2.1908)	1359
Libânio António Fialho Gomes (2.5.1908 28.2.1909)	1369
José Joaquim Mendes Leal (4.3.1909 1.3.1910)	1389
José Capelo Franco Frazão, conde de Penha Garcia (5.3.1910 27.6.1910)	1403

Câmara Alta

Presidentes da Câmara dos Senadores (1838-1842)	1443
Manuel Duarte Leitão (28.1.1839 1.5.1839)	1445
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (2.5.1839 11.1.1840)	1461
Manuel Duarte Leitão (14.1.1840 14.2.1840)	1481
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (17.2.1840 25.2.1840; 17.6.1840 1.1.1842)	1497
Presidentes da Câmara dos Pares do Reino (1826-1828; 1834-1836; 1842-1910)	1523
Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval (30.10.1826 14.3.1828)	1525
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (14.8.1834 4.6.1836; 10.7.1842 12.10.1850)	1539
Guilherme Henriques de Carvalho, cardeal patriarca (2.1.1851 15.11.1857)	1565
Francisco de Almeida Portugal, conde do Lavradio (27.1.1858 1.2.1870)	1589
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé (18.10.1870 5.10.1872)	1615
António José de Ávila, duque de Ávila e Bolama (18.10.1872 3.5.1881)	1639
António Maria de Fontes Pereira de Melo (30.5.1881 22.1.1887)	1667
João Crisóstomo de Abreu e Sousa (3.5.1887 20.1.1890)	1689
António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel (19.4.1890 24.9.1892)	1713
Augusto César Barjona de Freitas (3.10.1892 7.12.1893)	1741
Luís Frederico de Bivar Gomes da Costa (1.10.1894 28.3.1895; 2.1.1896 8.2.1897)	1765
José Maria Rodrigues de Carvalho (30.6.1897 23.6.1900)	1781
Luís Frederico de Bivar Gomes da Costa (2.1.1900 4.6.1901; 2.1.1902 20.4.1904)	1797
Alberto António de Moraes Carvalho (Júnior) (30.9.1904 24.12.1904)	1817
António Cândido Ribeiro da Costa (4.4.1905 1.1.1906)	1831
Augusto José da Cunha (1.2.1906 9.2.1906; 1.6.1906 5.6.1906; 1.10.1906 27.2.1908)	1853
António de Azevedo Castelo Branco (29.4.1908 1.1.1909)	1867
Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, conde de Bertandos (1.3.1909 27.6.1910)	1891
Fontes e bibliografia	1907
<i>Abstract</i>	1927
Nota sobre os autores	1949
Índice remissivo	1959



PRESIDENTES
DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS
(1838-1910)

(Continuação)

Na página anterior:
Pormenor da Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 1905.
Fotografia de José Barcia. Arquivo Histórico Parlamentar.

O projeto de investigação *Os presidentes do Parlamento português*, desenvolvido pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e patrocinado pela Assembleia da República, tem como objetivo traçar o perfil biográfico de todos os presidentes das diversas câmaras parlamentares que existiram no nosso país desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor se conhecer a classe política do Portugal contemporâneo.

Neste sentido, serão publicadas as biografias dos presidentes das Câmaras Parlamentares que funcionaram durante a Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo e III República, procurando esclarecer, sempre que as fontes consultadas o permitirem, questões tão simples quanto difíceis de responder. Quem são? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes da Câmara dos Deputados ou do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Além destes elementos, chamamos a atenção para outros aspetos, como a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente; as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento e a publicação de textos da sua autoria – intervenções (parlamentares ou outras), excertos de obras ou artigos seus com significado político –, ou de outros autores sobre tais personalidades, quando existem, que ajudem a caracterizar o seu perfil cívico e político.

O presente volume debruça-se sobre os presidentes do Parlamento português durante a Monarquia Constitucional (1820-1910), ou seja, os setenta e quatro homens que neste período presidiram às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822), Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823), Câmara dos Deputados (1826-1828; 1834-1836; 1838-1910); Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes (1837-1838), Câmara dos Senadores (1838-1842) e Câmara dos Pares (1826-1828; 1834-1836; 1842-1910).

Nesta conformidade, não temos dúvidas de que, com este projeto de investigação, a fronteira do desconhecido quanto a estas importantes figuras do período da Monarquia irá recuar muito significativamente, permitindo uma melhor compreensão da vida política de uma época, cada vez mais debatida, da História Contemporânea de Portugal.

O presidente das câmaras parlamentares da Monarquia, ao longo dos noventa anos da sua existência, vai incorporando, progressivamente, significados e significâncias cada vez mais complexos, mas também cada vez mais consistentes e bem definidos. Assim, se no início estamos perante uma figura de contornos ainda pouco claros e de competências muito reduzidas, com o tempo, a função presidencial vai-se revestindo de uma solenidade crescente, de um simbolismo mais visível e de uma dignidade gradualmente mais legitimada e reconhecida por todos. Se, durante as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, entre 1821 e 1822, e nas Cortes Ordinárias e Extraordinárias, de 1822 e 1823, se percebe que, pela novidade do sistema, são os atributos pessoais – bom senso, diplomacia, equilíbrio, capacidade de liderança, polidez e subtilidade – que determinam a escolha dos titulares dos cargos, progressivamente este padrão foi-se alterando. A consolidação do regime permitia emprestar ao titular as características que dele se esperavam.

In Considerações finais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



coleção PARLAMENTO